

Bresser Pereira quer estimular consumo e investimento privado

por Antonio Gutierrez
de São Paulo

A queda da demanda e a falta de investimentos do setor privado são as duas maiores preocupações do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, além do desequilíbrio financeiro das empresas e dos estados. "É preciso que os empresários começem a investir e os consumidores, a consumir mais. Do contrário, vamos ter uma crise muito maior", afirmou o ministro, na última sexta-feira, durante uma entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, minutos antes de participar de uma reunião com o governador Orestes Quércia e alguns secretários.

A ausência dos investimentos privados pode comprometer, em parte, o êxito do Plano de Consistência Macroeconômica, em fase de elaboração pela equipe econômica de Bresser. O plano prevê corte de despesas públicas que só será possível, segundo o minis-

tro, com a volta dos investimentos do setor privado. Ele voltou a afirmar que o plano — "não é um choque" — se norteia por duas metas fundamentais: superávit comercial entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões e crescimento de 3% para a indústria e de 5% para o Produto Interno Bruto (PIB).

Bresser Pereira afirmou que o plano deve ser examinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BIRD). O entendimento com o FMI deve-se dar com base no artigo nº 4, que prevê o exame da situação da economia brasileira e a elaboração de um relatório, anualmente, pelo organismo. "Isso não significa voltar ao Fundo. Voltar ao Fundo exige uma carta de intenções e um acordo 'standby' e nós não temos intenção de fazer isso", garantiu Bresser. Caso o FMI aprove o plano brasileiro, "de acordo com os interesses do Brasil", o ministro disse que terá a certeza de que o

organismo assumiu uma postura mais próxima do razoável. "Será ótimo para todos", comentou.

RENEGOCIAÇÃO

A retomada da renegociação da dívida externa brasileira ocorrerá após a apresentação do Plano de Consistência Macroeconômica ao presidente José Sarney. Isso deve acontecer nos próximos dias, segundo Bresser, ou seja, num prazo inferior ao dado pelo presidente, de trinta dias. O FMI e o BIRD devem tomar conhecimento dessas medidas antes dos bancos privados, observou o ministro.

A proposta de renegociação prevê a hipótese de conversão de parte da dívida brasileira em investimentos. Uma equipe de técnicos do BC, em colaboração com outros assessores, já estuda normas para balizar este tipo de entendimento.

O gatilho salarial deve ser mantido. Além de ser uma proposta do PMDB, Bresser Pereira disse que a

manutenção da escala móvel dos salários ajuda na "redução gradual da inflação". Quando a inflação cai, aumenta o período entre um "disparo" e outro, o que mantém constante a taxa média do salário real, "de modo que se pode, aos poucos, ir reduzindo a inflação", explicou. A taxa inflacionária deve-se estabilizar, também, segundo ele, através de medidas de controle de preços, de emissão de moedas e do déficit público.

ESTADOS

Em relação aos estados, ele deixou claro que a manutenção do gatilho é incompatível com a atual tendência de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Segundo Bresser Pereira, no ano passado houve um aumento grande dos salários dos funcionários públicos. Isso graças a um crescimento real de 33% na arrecadação do ICM naquele período. Mas agora a situação é inversa.